

MONTERO GARCÍA, Feliciano

*El Movimiento Católico en España, 1889-1936*


Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2017. 239 p. ISBN: 9788416978359

JOÃO MIGUEL ALMEIDA

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9670>

Instituto de História Contemporânea (IHC - NOVA FCSH);

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0003-1229-8337>

O livro *El Movimiento Católico en España, 1889-1936* é uma edição revista e ampliada de uma primeira versão dada à estampa em 1993 por Feliciano Montero García (1948-2018), que foi professor catedrático de História Contemporânea na Universidade de Alcalá de Henares e um dos renovadores da História do catolicismo na Espanha contemporânea. Durante o tempo que mediou entre as duas edições, o autor teve uma intensa atividade de professor, orientador de teses e coordenador de projetos de investigação sobre o conflito entre catolicismo e laicismo no século XX espanhol. A obra em causa reflete não só um percurso individual de investigação, mas também o contributo para o estudo do tema por uma ampla equipa de historiadores com quem o autor tem trabalhado no último quarto de século.

Feliciano Montero aplica à História de Espanha o termo «movimento católico», inicialmente elaborado pela historiografia italiana para analisar a História do catolicismo em Itália. Por «movimento católico», como explica logo na apresentação, entende uma organização conjunta e global ligada a ações e mobilizações, que assume a luta pela conservação do cristianismo ou reconquista de uma sociedade descristianizada ou secularizada, a partir das instituições liberais e do seu quadro legal. Esta organização visa concretizar as orientações genéricas traçadas por Leão XIII e que, no essencial, são mantidas por Pio X, Bento XV e Pio XI. No entanto, esta abordagem que os historiadores espanhóis costumam designar por «acidentalista» ou «possibilista» encontrou sérias resistências da parte de setores integristas, ou intransigentes.

A pertinência do recurso ao conceito de «movimento católico» é permitir atribuir um sentido de conjunto a «obras católicas» de caráter diverso, no campo da propaganda religiosa, da educação e da ação social. Apesar da sua diversidade, as obras católicas pretendem organizar-se num nível nacional de acordo com o modelo italiano das «obras dos Congressos». O projeto de «movimento católico» implica uma vontade de mobilização no contexto histórico em que surge, o do pontificado de Leão XIII. Os católicos italianos não estavam autorizados pelo Vaticano a formar um partido católico no sentido estrito, mas os leigos eram incentivados a, sob a orientação da hierarquia, intervirem na sociedade liberal usando outros meios que as instituições liberais permitiam aos seus cidadãos: a liberdade de expressão e de associação.

O autor considera que, apesar das ligações do catolicismo social espanhol aos movimentos católicos franceses, belgas e alemães, são os exemplos do movimento católico italiano e as iniciativas vaticanas que modelam o movimento católico espanhol. Este ponto de vista justifica a definição do âmbito cronológico da obra, cujo início é datado de 1889, a data do primeiro Congresso Nacional Católico em Madrid.

---

No período histórico em análise, que se estende até ao fim da II República espanhola, as organizações católicas vivem um processo de evolução desde o paradigma totalizador do «movimento católico» até a um novo paradigma, formulado por Pio XI no contexto de ascensão do fascismo e dos regimes autoritários, que distingue entre formas de intervenção no campo político, a dos partidos, no social e económico, a dos sindicatos, e no especificamente apostólico, o da Ação Católica. Feliciano Montero assinala que a Ação Católica iniciada por Pio XI assume uma herança parcial do Movimento Católico.

A análise histórica está dividida em vários subperíodos, correspondendo o primeiro à aplicação a Espanha do projeto de Leão XIII, com a passagem das obras católicas a movimento católico. Nesta primeira fase são diferenciáveis os primeiros anos, até 1898, em que se procura conciliar o princípio da unidade católica da nação, expresso na Constituição de 1851, com uma tolerância do culto não católico, fundamentada no artigo 11 da Constituição de 1876. A importância atribuída à Igreja Católica em Espanha sugere que a constituição de um movimento católico não é prioritária. Mesmo assim, por influência do nuncio e seguindo o exemplo italiano, a hierarquia promove uma série de Congressos em Espanha entre 1889 e 1902. Após 1898, aos movimentos anticlericais criticando a escola católica e as Congregações corresponde uma afirmação católica mais assertiva. Perante a divisão partidária dos católicos, é no terreno social que os propagandistas católicos procuram unir-se e preparar-se para uma união política no futuro, almejada apesar de todas as dificuldades práticas que colocava. Os jesuítas dão um contributo decisivo para a implementação do Movimento Católico em Espanha e lutam, sem êxito, pela unificação política dos católicos. Partindo de posições tradicionalistas, muitos jesuítas tornam-se integristas militantes a partir de 1888. A pressão proveniente do Vaticano é para que os católicos integristas abandonem, senão as suas convicções, pelo menos formas de intervenção claramente divisionistas do movimento católico. O processo de afastamento do integrismo pelos jesuítas foi lento e passou por fase de transição marcada pela abstenção e ambiguidade, antes de os levar a adotar um «possibilismo ativo».

Durante pontificado de Pio X e a presença em Espanha do Nuncio Vico, entre 1903 e 1914, o movimento católico é marcado pelo confronto entre clericais e anticlericais. No campo católico há confrontos entre accidentalistas, corrente católica que conta com o apoio dos jesuítas, e integristas. Em 1906, o Papa no documento «Inter Catholicos Hispaniae», aprova a tese accidentalista do «mal menor». No entanto, nem a intervenção papal é suficiente para sanar o conflito entre accidentalistas e integristas. Estes resistem e disputam com os adversários católicos a interpretação correta do texto pontifício.

Em 1903, Leão XIII atribui ao Primado de Toledo funções diretivas da Ação Católica, cargo que lhe continuará associado até ao período o Concílio Vaticano II. A primeira organização da Ação Católica em Espanha é confirmada por uma série de normas promulgadas pelo Primado Aguirre em 1910. Um dos princípios confirmados é a localização em Madrid das sedes da Junta Central da Ação Católica e do Conselho Nacional das Corporações Católicas, sendo ambos organismos presididos pelo Marquês de Comillas. Como a auscultação dos bispos espanhóis reforçara a ideia de que a união dos católicos espanhóis no terreno político não era exequível, as normas apelavam à ocupação de cargos públicos e à participação eleitoral dos católicos, assim como recordavam o ideal de união eleitoral

declarado no Congresso de Burgos. Estas normas não puseram termo aos conflitos entre accidentalistas e integristas, levando a esclarecimentos posteriores provenientes do Vaticano.

O pontificado de Bento XV, praticamente coincidente com o período em que Victoriano Guisasola é arcebispo de Toledo, ocorre no contexto social e político da Grande Guerra e da crise do imediato pós-guerra. A conjuntura histórica do movimento católico em Espanha entre 1914 e 1920 é marcada por uma certa distensão no que respeita ao «perigo modernista», num clima mais favorável à ação de propaganda e às ações do catolicismo social, e por um certo amadurecimento da diferenciação entre as esferas de intervenção católicas de caráter social e político, nomeadamente as confederações sindicais e o Partido Social Popular, que adquirem autonomia, e o apostolado da Ação Católica.

O movimento católico durante a presidência de Guisasola vive momentos de tensão, um dos quais corresponde à campanha integrista contra o grupo democrata-cristão dirigido por Severino Aznar, cujos princípios orientadores são publicados num manifesto no verão de 1919. No entanto, não se tratava de um grupo democrata-cristão no sentido político que viria a adquirir, mas no sentido leonino de pretender agir em benefício do povo, dando prioridade à difusão de ideias do catolicismo social em relação às questões do regime e ao posicionamento face às instituições liberais. Entre as ideias controversas do grupo democrata-cristão encontravam-se o seu posicionamento acerca da organização de sindicatos católicos. As bases provisórias, propostas por representantes de sindicatos católicos, para a constituição de uma União Geral de Trabalhadores Católicos de Espanha assentavam na «pureza» dos sindicatos (exclusão de patrões e de influências patronais), e no respeito pelos princípios sociais considerados fundamentais: religião, família e propriedade. Em 1916 Guisasola publicou a pastoral *Justicia y Caridade en la organización cristiana del trabajo*, na qual defendia o sindicalismo «puro», embora admitindo alguma cooperação de ajuda proveniente do meio exterior ao operário; a confessionalidade dos sindicatos; e o direito à greve como último recurso, após negociações. A perspetiva geral é de afirmação de uma incompatibilidade entre o catolicismo social e o sindicalismo católico, por um lado, e o socialismo, por outro. Porém, a convergência dos católicos espanhóis contra o socialismo não chega para escamotear a clivagem no interior do movimento católico. Guisasola identifica-se com as ideias do grupo da democracia cristã e defende a causa do sindicalismo livre enquanto o nuncio Ragonesi apoia na cúria romana as denúncias integristas destas tendências acusadas de «heterodoxas». Estas tensões atenuam-se com a nomeação do Nuncio Tedeschini.

Os esforços de alguns ativistas católicos no sentido de criar um movimento político unitário em torno de um «programa mínimo» culminam na constituição do efémero Partido Social Popular (1922-23), ao qual a ditadura de Primo Rivera põe fim. Tal como outros partidos democratas-cristão europeus no período de entre guerras, o Partido Social Popular pretendia ultrapassar as clivagens entre católicos accidentalistas e integristas e articular o catolicismo social com o político.

A ditadura de Primo Rivera representa um período próprio na História do movimento católico em Espanha. A Igreja Católica foi um dos setores sociais que saudou o novo regime político e foi apoiada por ele. Corresponde ao pontificado de Pio XI e à nunciatura em Madrid de Tedeschini. É um período de constituição da nova Ação Católica, seguindo os novos princípios organizativos definidos pelo Papa. O movimento católico afirma-se, mas

---

num tom triunfalista em que a posição hegemónica é a do catolicismo integrista e os acidentalistas estão numa posição minoritária. Ou seja, o movimento católico posiciona-se de um modo antagónico ao que será o projeto laicista e secular da II República. Esta clivagem é de certo modo reforçada por todo o episcopado espanhol, um ano antes da implantação da República, explicitar publicamente a sua adesão à monarquia espanhola.

Durante a II República espanhola o movimento católico adota uma postura reativa-defensiva, embora seja possível e recomendável distinguir nesta postura as posições possibilistas das integristas. Paradoxalmente, é durante o tempo curto da II República que a prática do movimento católico mais se aproxima do que foi projetado no início do século XX, segundo o modelo italiano. Aplicando os princípios definidos por Pio XI verifica-se uma distinção entre as esferas sindical, político-eleitoral e da Ação Católica. O sindicalismo católico segue o modelo profissional ou livre, defendido pelo dominicano Gafo, por contraposição ao modelo confessional. A representação eleitoral dos católicos foi realizada pela Confederação Autónoma das Direitas Espanholas (CEDA), em coerência com uma linha de orientação acidentalista sempre contestada pelos católicos tradicionalistas e monárquicos afonsinos. A Ação Católica, focada na formação, prática religiosa e cumprimento de uma missão apostólica, encontrava-se subordinada à hierarquia, sendo presidida pelo leigo Ángel Herrera e contava quer com o apoio pessoal do Núncio Tedeschini, quer do grupo da Associação Católica Nacional de Propagandistas (ACNP).

Apesar do livro definir um objeto nacional como estudo, ao longo do texto o movimento católico em Espanha vai sendo comparado com o de outros países europeus, especialmente Itália aonde vai buscar o modelo, e contextualizado no carácter transnacional do catolicismo. Essa preocupação por não cingir a análise a um contexto nacional leva o autor a dedicar um capítulo à dimensão internacional do movimento católico espanhol. A questões que se colocam ao catolicismo em Espanha são, nas linhas gerais, as mesmas que se colocam noutros países europeus de regime liberal: a necessidade de responder aos desafios de um processo de secularização e de separação entre Igreja Católica e Estado, usando os meios que o Estado liberal proporciona aos seus cidadãos para se organizar e influenciar a sociedade. O ponto de partida do movimento católico nos diversos países europeus foi intransigente, embora ao longo do seu percurso se tenham verificado evoluções no sentido da incorporação das regras do jogo liberal.

As ligações do catolicismo espanhol ao Movimento Católico internacional não se processam apenas através da circulação de livros, jornais, ideias e das relações formais com o Vaticano e as ordens religiosas. Há contactos entre propagandistas católicos espanhóis e diversas personalidades de outros países europeus, como o professor Giuseppe Toniolo, com vista à criação de uma rede internacional católica por contraponto às redes laicas. No pós Grande Guerra são criadas organizações internacionais católicas ligadas a ideais pacifistas, como a Paz Romana e a União Internacional de Estudos Sociais. Vários propagandistas e padres espanhóis visitaram como bolseiros centros do catolicismo social noutros países europeus: Alemanha, Bélgica, França e Itália, encontrando-se com personalidades como Rutten, Mercier, ou Sturzo.

Nas considerações finais, o autor sublinha que o movimento católico em Espanha no período em causa tem de ser abordado no contexto dos confrontos e interações entre

catolicismo e laicismo na Europa. No caso espanhol, no conflito entre uma opção acidentalista, que aceitava o liberalismo como «mal menor» recorrendo às instituições liberais como meio de organização do movimento católico e para alcançar a restauração católica, e a opção integrista, intransigente face ao liberalismo, esta última teve um peso considerável, bloqueando a evolução que se verificou em França e Itália de evolução do movimento católico para partidos populares católicos. Feliciano Montero vê na História do movimento católico em Espanha a imagem invertida do mesmo movimento em Itália: se o êxito da democracia cristã italiana tem raízes no vigor do movimento católico no início do século XX, as raízes da debilidade da democracia cristã em Espanha encontram-se na fragilidade do movimento católico antes da guerra civil. Porém, esta fragilidade não impediu o movimento católico espanhol de desempenhar um papel relevante no confronto com o projeto laicista.

A obra de Feliciano Montero, ao fornecer uma síntese sobre o movimento católico em Espanha, permite uma comparação com o que se passa em Portugal, evidenciando paralelismos e diferenças. Chama a nossa atenção o paralelismo entre os confrontos não só entre projetos laicistas e o movimento católico mas também, dentro do catolicismo, a diferenciação entre aqueles militantes que, na linha de Leão XIII, secundarizam a questão do regime político face ao projeto de «cristianização» e aqueles para os quais a causa católica é indissociável da militância antiliberal e antirrepublicana. Também se podia aplicar ao caso português a observação de que o movimento católico em Espanha, tendo nascido por iniciativa da hierarquia precisava, a médio e longo prazo, de maior autonomia no plano sindical e político. São de assinalar como diferenças entre os processos português e espanhol o papel que na sociedade espanhola têm as regiões, em especial a Catalunha, a qual constitui um obstáculo a uma união política-eleitoral católica unitária sediada em Madrid e as diferenças cronológicas na sucessão de regimes. Em Portugal a República do pós Grande Guerra procura evoluir no que respeita à questão religiosa, reconhecendo direitos à Igreja Católica, embora nunca chegando a uma revisão da Lei da Separação satisfatória para republicanos e católicos. Segue-se uma ditadura militar, durante a qual a Igreja Católica vai reconquistando, prudentemente, o seu papel na sociedade. Em Espanha, o período do pós Grande Guerra assiste à instauração da ditadura militar de Primo Rivera e à afirmação de um movimento católico hegemónico pelos integristas. A curta II República espanhola rompe com este regime e leva o movimento católico a reorganizar-se de acordo com os princípios de Pio XI, mas sem absorver a clivagem entre acidentalistas e integristas. O regime franquista emergiu de uma guerra civil em que ganhou o lado que arvorou a bandeira católica.

O livro permite não só compreender o movimento católico em Espanha entre finais do século XIX e o início da guerra civil de Espanha, mas contextualizá-lo no catolicismo europeu desse período e compreender as raízes da democracia cristã do tempo democrático.